

FRAMES DE AÇÃO COLETIVA: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE RECICLÁVEIS NO BRASIL (MNCR)

Maria Cecília Loschiavo dos Santos

Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias

Patrícia Maria Mendonça

Armando dos Santos Sousa Teodósio

INTRODUÇÃO

Nas cidades brasileiras, tem-se a presença de catadores de materiais recicláveis, que coletam, selecionam, separam, comprimem e comercializam o material misturado ao lixo *in natura*. Dentre esses catadores, há uma população em situação de rua, e ex-moradores, que se vê obrigada a coletar o material reciclável e comercializá-lo como forma de sobreviver (SANTOS, 2003). De forma autônoma ou através de sistemas de cooperativa ou associação, os catadores vendem o material coletado a intermediários, os quais, por sua vez, revendem-no para as indústrias de pré-beneficiamento, depois para as grandes indústrias de reciclagem do país.

Neste contexto, verificam-se índices crescentes de reciclagem, mesmo na ausência de completa regulamentação, chamando à

necessidade de melhor compreensão dos processos envolvidos no seu recolhimento, processamento, na dinâmica de trabalho e na luta pela inserção social dos catadores. Os principais atores sociais envolvidos nesse processo são: os catadores; as organizações de apoio e suporte a eles; a indústria (privada e pública) de coleta e deposição de resíduos, os intermediários do material coletado, tratado e reciclado e a indústria recicladora e produtora, além do Estado, com a regulação e as políticas públicas que afetam tanto o setor produtivo quanto os catadores. Com uma diversidade tão grande de grupos que se engajam nas ações relacionadas ao movimento de catadores, não seria surpresa encontrar posicionamentos conflitantes e, conseqüentemente, táticas e estratégias de lutas diferenciadas entre esses indivíduos, muitos deles inseridos em movimentos sociais.

Boa parte dos estudos sobre movimentos sociais latino-americanos não aborda as dinâmicas internas dos movimentos, concentrando-se na discussão sobre as implicações da ação desses movimentos sobre temas, como ampliação da cidadania, consolidação da democracia participativa e construção da esfera pública (GOHN, 2008; SCHERER-WARREN, 2006). Com relação ao movimento dos catadores, as pesquisas se concentram na análise de seu modo de organização, condições de vida e interações sociais dos trabalhadores que sobrevivem do lixo (CARDOSO, 2003; JACOBI; VIVEIROS, 2006; LEAL et al. 2002; SANTOS, 2003). Outros estudos observam o movimento de catadores de forma residual, ao concentrarem seu olhar na análise do setor de resíduos sólidos, tanto no cenário internacional quanto nacional. Nessa área de estudos predomina uma abordagem tecnicista e administrativa da gestão de resíduos urbanos, com forte preponderância de uma visão higienista como eixo norteador das ações. O que impera é o tratamento da questão do lixo no seu mero aspecto tecnológico, tendo por detrás as implicações que os processos de modernização nesse setor, notadamente a mecanização do processo de trabalho e as dinâmicas de privatização do lixo. Nessa dinâmica, pode-se notar, muitas das vezes, mais exclusão sob novas formas de aprimoramento da dinâmica de reciclagem e de inserção dos catadores na reciclagem e na construção da cidadania (DIAS, 2007).

Menos frequente têm sido os estudos que procuram discutir a dinâmica de organização das cooperativas de reciclagem em torno do chamado Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) (SILVA, 2006; DIAS, 2007). Esse movimento, formalmente constituído há aproximadamente uma década no cenário brasileiro, tem procurado estabelecer frentes de articulação, mobilização e interlocução com agentes governamentais e empresariais na defesa de seus interesses. Entende-se que a organização destes trabalhadores através do MNCR se dê em torno de dinâmicas complexas, podendo haver entre eles grupos e lutas internas que influenciam na elaboração de estratégias do movimento como um todo. Assim, é também relevante estudar a dinâmica de organização dos movimentos sociais, visto que, em meio a elas, emergem estratégias e táticas que também são influenciadas pelo contexto institucional e pelas mudanças de táticas de atores sociais dominantes.

A partir deste contexto, este texto aborda a dinâmica da organização do MNCR, analisando a emergência daquilo que é chamado por Hunt, Benford e Snow (1994) de campos de identidade. Localizado dentro do corpo dos estudos culturais nos movimentos sociais, estes estudos são baseados na teoria de *frames* (SNOW; BENFORD, 1992). *Frames* são mecanismos de mediação entre as estruturas e os movimentos de ação coletiva (BENFORD; SNOW, 2000; DELLA PORTA; DIANE, 2006). A utilização de *frames* seria um elemento mediador essencial na definição de quais e como são colocados os problemas sociais, de forma a convencer a mais diversificada e ampla audiência. Movimentos sociais usualmente precisam se utilizar de estratégias indiretas para acessar posições decisórias, muitas vezes dependendo de estratégias de “fora” para conseguir atenção do público e dos tomadores de decisão (McARTHUR; SMITH; ZALD, 1996).

Um aspecto central do processo é a atribuição de características ao conjunto de atores sociais relevantes no seio do movimento e suas relações externas. Esse processo levaria à definição do que Hunt, Benford e Snow (1994) chamam de campos de identidade, que englobam as identidades coletivas do movimento e também as outras categorias, como os antagonistas e a audiência externa

do movimento. Para captar e compreender essas lutas e estratégias, é necessário contextualizar o problema em torno do qual lutas se estruturam, analisando-o principalmente na relação dos catadores com outros grupos, sejam eles da esfera governamental, do mercado e também da sociedade civil, como organizações não governamentais que apoiam e dão suporte às cooperativas de catadores.

Assim, o objetivo deste trabalho foi mapear a formação do campo de identidade do MNCR. Para este fim, usamos as categorias de análise oferecidas pela teoria de *frames*, buscando identificar os *frames* de diagnóstico, prognóstico e motivação utilizados por esses grupos. Essa leitura visou a uma melhor compreensão do desenvolvimento de estratégias de ação do MNCR. A partir disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em análise documental, observação e entrevistas, em profundidade, a fim de identificar e posicionar os principais atores envolvidos, descrevendo diferentes grupos, sua constituição, como e por que se engajaram na problemática da produção, consumo e descarte, bem como entender os recursos simbólicos e materiais utilizados na organização dos catadores.

Os dados empíricos foram elaborados a partir de documentos eletrônicos, impressos e audiovisuais sobre o tema, participação dos autores em eventos organizados pelos catadores, reportagens em jornais, revistas, materiais postados no *site* do MNCR.²² Foram efetuadas 16 entrevistas com os atores sociais deste campo organizacional. A coleta de dados e as entrevistas foram realizadas nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo entre 2005-2010.

A análise do MNCR a partir da teoria de *frames* vem responder não só a relevância de se produzir estudos que sejam capazes de dialogar com aportes teórico-metodológicos pouco usuais na produção acadêmica sobre movimentos sociais na América Latina, bem como jogar novas luzes sobre a complexa condição dos catadores em seus processos de inserção econômica, social e política na realidade brasileira.

²² Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>>.

As teorias dos Processos Políticos (PPs) de movimentos sociais se desenvolveram para relacionar macrofatores históricos na explicação do surgimento dos movimentos, em resposta às críticas recebidas pelo paradigma predominante na academia norte americana naquela época, o da Mobilização de Recursos (MR) (ZALD; ASH, 1966; MCCARTHY; ZALD, 1973, 1977). Criticado por ser excessivamente utilitarista, com ênfase na noção de ator racional, por excluir das análises valores, normas, ideologias, cultura e identidade (COHEN, 1995; TARROW, 1996), o paradigma da MR também foi atacado pela sua incapacidade em lidar com a análise de movimentos mais radicais e populares, que demonstravam pouco em comum com o bem definido e estruturado modelo de Organizações de Movimentos Sociais (OMS) descritas pelos autores centrais da MR.

As teorias dos PPs também buscaram lidar com as supostas lacunas das teorias europeias dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que se concentravam nas análises macroestruturais que impulsionaram a emergência dos movimentos sociais e suas bases de solidariedade e afirmação identitária no contexto de mudanças das sociedades pós-industriais (FOWERAKER, 1995). De maneira geral, a academia norte-americana buscava responder a questões acerca de *como* os movimentos sociais se organizavam, enquanto os europeus buscavam responder *por que* eles surgiam.

A aproximação dos dois paradigmas faz surgir um fértil campo de novos estudos que se beneficiaram de análises comparativas. É no interior desse debate que ganham força os estudos culturais dos movimentos sociais. Uma das áreas mais influentes neste debate é a teoria de *Frames*. Baseando-se no interacionismo simbólico da escola de Chicago, David Snow e seus colaboradores resgatam de Goffman (2006) o conceito de *frames*, entendidos como esquemas interpretativos que ajudam os atores sociais a reduzirem a complexidade das percepções socioculturais.

Os *frames* enfatizam as práticas interpretativas e a contingência da construção social dos sentidos que definem as mobilizações sociais. Os movimentos sociais seriam agentes ativamente engajados

na produção e manutenção de sentidos, tanto para membros do movimento, quanto para antagonistas e espectadores (SNOW, 2004). Neste sentido, concorda-se com Touraine (1977) que a identidade não pode ser determinada *a priori* fora dos conflitos e dos contextos de luta; a identidade de um movimento social se forma no interior da estrutura de conflitos de cada sociedade.

Snow e Benford (1992) definem *frames* de ação coletiva como conjuntos de ações orientadas e crenças que inspiram e legitimam as campanhas e atividades das OMS. Esses esquemas interpretativos definem certas condições como injustas, alocam responsabilidades por elas, definindo e delineando alternativas de solução que podem ser alcançadas através da ação coletiva. Nesta direção, Gamson (1992) complementa que os *frames* de ação coletiva são *frames* de injustiça que formam parte da política discursiva que luta contra alguma hegemonia estabelecida, uma importante diferenciação que coloca em questão o componente de injustiça dos *frames*, chamando a atenção para os antagonismos em torno dos movimentos sociais.

A visão de que os atores dos movimentos sociais são agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significados passa então a se ampliar, apontando que a construção de significados ocorre para membros do próprio movimento, antagonistas, ou espectadores, em uma relação de recursividade (SNOW, 2004). Essa característica dual do *frame*, de produzir significados aos indivíduos dos grupos orientados por eles e de fornecerem também instrumentais para a mobilização de outros indivíduos, faz parte da sua característica de contenção (disputa) e agência. Há momentos e situações em que os *frames* se demonstrarão ambíguos ou abertos a questionamentos, situações em que, frequentemente, os movimentos sociais irão emergir (SNOW, 2004).

Um dos problemas iniciais na utilização da teoria de *frames* era que, muitas vezes, a análise se restringia à construção de identidades coletivas vistas somente a partir do ponto de vista do movimento. Hunt, Bendford e Snow (1994) propuseram a adição de novas categorias sujeitas ao processo de *framing* e que deveriam ser objeto de análise dos investigadores: os protagonistas, os antagonistas e a audiência. A esta conceituação, os autores denominam campos identitários (*identity fields*).

Nos campos identitários, protagonistas são constelações de atribuições identitárias individuais ou coletivas, consideradas como suporte das causas do movimento (HUNT; BENDFORD; SNOW, 1994, p. 193). Indivíduos e coletividades são definidos como protagonistas na medida em que compartilham dos mesmos valores, crenças, objetivos e práticas, ou porque obtêm algum benefício a partir deles.

Por outro lado, as pessoas ou coletividades que se opõem aos valores, crenças, objetivos e práticas do movimento, ou que são afetadas pelas suas ações de forma que as interpretam como negativas, são denominadas antagonistas. Os ativistas dos movimentos produzem identidades antagônicas a partir da identificação de práticas que se opõem às causas e identidades protagonistas. Finalmente, existem nos campos identitários as pessoas que se percebem como neutras ou observadoras não intervenientes, denominando-se audiência.

Ao nível das organizações localizadas nos campos identitários, ocorre um processo denominado alinhamento de *frames* (SNOW et al., 1986), que seriam micromobilizações pelas quais os atores sociais dos campos identitários buscam influenciar outros atores sociais em torno do movimento a respeito de sua ideologia e objetivos. Nesse processo, ocorrem a atribuição e a articulação. A atribuição chama a atenção para a explicação das causas e dos problemas dos protagonistas. A partir daí, articulam-se alternativas, conectando as diversas experiências para promover a mudança desejada (BENDFORD; SNOW, 2000). Ou seja, os processos de atribuição envolveriam a função de diagnóstico dos *frames*.

Já a articulação envolve a função de prognóstico e motivação. Os *frames* de prognóstico são destinados a propor soluções para os problemas ou, pelo menos, planos para elaborar estratégia para atacá-los. Uma questão importante a ser colocada com relação aos *frames* de prognósticos é que eles devem se articular em campos multiorganizacionais, ocorrendo constantemente contestações das lógicas oponentes, também denominados de *counter-frames*.

Os *frames* de prognósticos revelam as diferenças básicas entre as organizações no interior de um movimento. Scherer-Warren (2006) ressalta que, nas formas de articulação interorganizacionais,

destacam-se os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de movimentos sociais e organizações, que objetivam relacionarem-se para o empoderamento da sociedade civil, representando organização e movimento do associativismo local.

É através dessas formas de mediação que se dão a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado. Existe, ainda, uma função motivacional dos *frames*, que produzem certas racionalidades para o engajamento da ação, incluindo a construção de vocabulários específicos, como bandeira, músicas e artefatos do movimento, etapa intrinsecamente ligada à dimensão da agência do *frame*. O quadro 1 sintetiza a ideia do alinhamento de *frames*, proposta por Snow et al. (1986) e Benford e Snow (2000).

Quadro 1 – Alguns aspectos do alinhamento de *frames*

Atribuição	Articulação	
Diagnóstico	Motivação	Prognóstico
Explicar causas dos problemas dos protagonistas	<ul style="list-style-type: none"> – Dar razões para engajar-se na ação coletiva; criação de vocabulários específicos, como bandeira, músicas e artefatos do movimento (recursos simbólicos) 	<ul style="list-style-type: none"> – Formular propostas para a solução do problema – Revelar diferenças básicas entre organizações – Conectar experiências para promover mudança específica – Articular-se em campos multiorganizacionais, onde ocorrem contestações das lógicas oponentes

Em geral, o escopo de um *frame* de ação coletiva não é restrito aos interesses de seu grupo particular ou ao conjunto de problemas relatados. Alguns *frames* possuem escopos amplos, influenciando e restringindo orientações e ativistas de outros movimentos. Os *frames* de ação coletiva de maior escopo e mais inclusivos e flexíveis foram denominados por Snow e Benford (1994) de “*master frame*”.

Essa transversalidade na demanda por direitos implica o alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base de mobilizações. Scherer-Warren (2006) cita o exemplo do Fórum Social Mundial como um espaço privilegiado para articulação de lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais. Estes *frames* teriam sua capacidade de articulação e atribuição ampliada devido a sua maior ressonância com outros campos. A ressonância envolve a efetividade ou potencial de mobilização do *frame*, que varia de acordo com a sua credibilidade e importância relativa do *frame* ou do objeto da mobilização. Para Tarrow (1996), os novos significados e repertórios de disputas também são produto de lutas dentro do movimento. As lutas internas também podem gerar novos *frames*, não se restringindo apenas a formas geradoras de processos de solidariedade. A partir desta abordagem, analisa-se o Movimento Nacional de Catadores de Reciclados (MNCR).

A ESTRUTURAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO MNCR

Apesar da atividade dos catadores de recicláveis nas ruas de São Paulo já existir há pelo menos cinco décadas, foi somente no início da década de 1980 que surgiram as primeiras iniciativas de organização por meio de associações ou cooperativas (GRIMBERG et al. 2004). Desde o início dos anos 1980, um grupo de religiosas articulava os “moradores de rua” que buscavam sua subsistência nos resíduos que eram descartados pelas casas, pelas indústrias e pelo comércio da região central da cidade. Começaram a realizar reuniões no Centro Comunitário dos Sofredores de Rua, no bairro do Glicério, local que se tornou o ponto de encontro e diálogo desses catadores. Em 1985, criaram a Associação dos Catadores de Papel, que funcionava em uma casa alugada no bairro Glicério, onde contavam com uma balança industrial. Ainda durante o ano de 1985, num conflito político com a administração municipal da cidade de São Paulo (na gestão do Prefeito Jânio Quadros), os catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua, marcharam pelas principais ruas da cidade, exigindo o direito à circulação de carrinhos no centro da cidade. Essa marcha pode ser considerada

um dos pontos altos da organização dos catadores, antes mesmo da concepção de um movimento social.

Em 1989, foi criada a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), inicialmente com vinte catadores, sendo a primeira cooperativa de catadores de recicláveis do Brasil. Essa iniciativa iniciou-se a partir de projetos de apoio aos moradores de rua realizados pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Em 1990, surge a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Matérias Recicláveis (ASMARE) em Belo Horizonte,²³ a partir de um trabalho sociopedagógico desenvolvido pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. No ano de 1993, implementou-se o *Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte*, em parceria com a ASMARE, pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), contribuindo para a atribuição de “*status* semipúblico” ao trabalho da cooperativa de catadores (DIAS, 2007).

A perspectiva inicial de geração de renda e autonomia que a organização do trabalho desses profissionais trouxe motivou durante toda a década de 1990 a articulação e a ampliação do trabalho cooperativo em diversas cidades do Brasil. As lições aprendidas a partir da parceria ASMARE/SLU, por exemplo, foi uma das fontes de inspiração para a constituição do *Programa Lixo & Cidadania*, criado por iniciativa do UNICEF em 1998 (DIAS, 2007). Atualmente, o Fórum Lixo & Cidadania – em âmbito nacional, estadual ou municipal – é constituído de representantes de diversos segmentos da sociedade civil, dos governos e da iniciativa privada – e atua no sentido propositivo de articulação de apoios e de monitoramento de programas de gestão integrada de resíduos sólidos na perspectiva da inclusão dos catadores.

Desta forma, os catadores inseridos num modo de organização econômica e agora formalmente organizados em cooperativas de trabalho e geração de renda, estabeleceram as bases para o Movimento

²³ Atualmente, a ASMARE é uma das maiores cooperativas brasileiras e hoje a única a ter uma usina de reciclagem dirigida pelos próprios catadores (SILVA, 2006).

Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em setembro de 1999, em reunião articulada por ONGs, Poder Público e Setor Privado, realizada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse evento, os catadores de materiais recicláveis, em parceria com as entidades que trabalhavam com a população adulta em situação de rua, idealizaram as bases para um encontro nacional. Disto, pode-se depreender que a criação no MNCR foi uma participação otimizada pelas ONGs, Igreja, entre outros apoiadores dos catadores, ao que Tilly (2007) chama de participação por convite.

Desde o seu embrião, o MNCR obteve importantes conquistas, versando sobre diferentes temas. É emblemático, no entanto, observar que os catadores relacionam superação de preconceitos e desafios à organização, quando se referem à criação oficial do MNCR no 1º Encontro Nacional dos Catadores, ocorrido em Brasília em 2001: “O encontro marcou a superação dos velhos preconceitos em torno do catador que, além do respeito por parte da sociedade, está conquistando força política e social”. (MNCR, 2006).

Houve grandes conquistas na história do movimento, como, por exemplo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), que, após 19 anos de tramitação, foi regulamentada pelo presidente Lula em dezembro de 2010, recomendando a integração dos catadores nos processos de coleta de resíduos recicláveis. O município deve elaborar em conjunto com as propostas de saneamento básico, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com a inclusão dos catadores de recicláveis.

Percebe-se desde o percurso inicial, a contribuição dos catadores na ampliação, não só da concepção de quem é ou está trabalhando nas ruas, baseada em experiência e contingência (REIS, 2001) e nas tensões entre o que é direito e o que é dever, como também a própria articulação que o movimento estabeleceu com diversos grupos colaboradores, como a Igreja e a UNICEF, para constituição do Fórum Lixo & Cidadania. Essas articulações de colaboração, por sua vez, acabaram forjando novas constituições e, por conseguinte, novas formas de regulação de uma profissão, que, até então, não era compreendida pelos cânones como trabalho ou ocupação. Antes de avançarmos na análise de *frames*, faz-se necessário descrever

os atores sociais envolvidos na cadeia produtiva de reciclagem. O quadro 2 apresenta um resumo de importantes momentos na história do MNCR e suas implicações para o campo identitário.

Quadro 2 – Principais eventos e implicações para o campo identitário do MNCR²⁴

Ano	Evento	Implicações para o campo identitário
2001	1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável realizado em Brasília	Organização interna do movimento, Demanda por política pública, Reconhecimento, Criação vocabulário específico (recursos simbólicos)
	Mês de Junho é o mês de articulação do MNCR	Organização interna do movimento
	7 de Junho – dia do catador	Reconhecimento
	1º Festival de Lixo & Cidadania em Belo Horizonte	Demanda por política pública, Reconhecimento, Criação vocabulário específico (recursos simbólicos)
2002	Reconhecimento da profissão de “catador de material reciclável”, no Código Brasileiro de Ocupações ²⁴	Reconhecimento Impacto em políticas públicas
2003	I Congresso dos Catadores organizados do MNCR (Brasil, Uruguai e Argentina), realizado em Caxias do Sul	Organização interna do movimento, Demanda por política pública, Reconhecimento, Criação vocabulário específico (recursos simbólicos) Ampliação para questão ambiental
	Decreto presidencial cria o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis	Impacto em políticas públicas
	Programas federais passaram a condicionar o repasse de recursos aos municípios para a erradicação dos lixões e a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos com o componente de inclusão dos catadores	Impacto em políticas públicas

²⁴ CBO 94 – Portaria nº 397 de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego.

2005	I Congresso Latino-americano de Catadores, realizado em São Leopoldo, RS. antecedendo o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre	Organização interna do movimento, Expansão para América Latina, demanda por política pública, reconhecimento
2006	O governo federal instituiu que os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta devem ser doados para associações e cooperativas de catadores	Impacto em políticas públicas
2007	Modificação da Política Nacional de Saneamento Básico: autorização para a contratação de associações ou cooperativas de catadores de recicláveis, sem a necessidade de licitação, para a execução das atividades de coleta de resíduos sólidos recicláveis	Impacto em políticas públicas
2009	1ª Expocatadores em São Paulo	Expansão para a América Latina, Índia e Ásia, demanda por política pública, reconhecimento
2010	Sanção e Regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos após 19 anos de tramitação no Congresso.	Impacto em políticas públicas

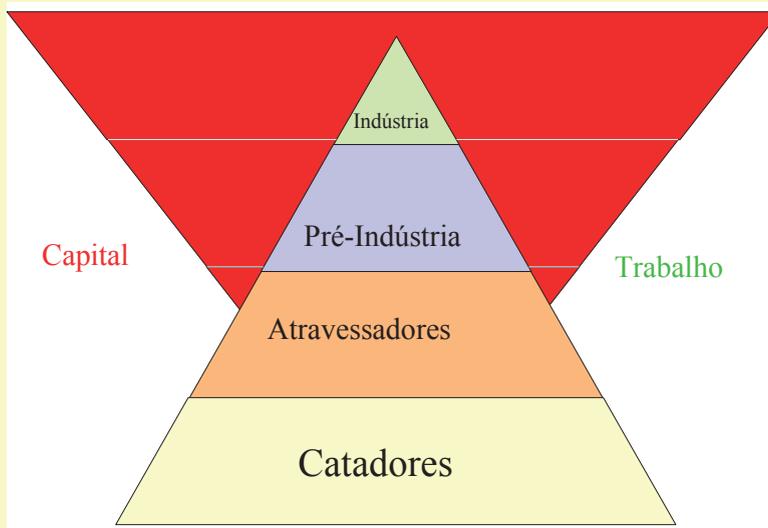
A LÓGICA INVERSA DA INDÚSTRIA DE RECICLAGEM BRASILEIRA

A capilaridade dos catadores como agentes da reversão dos produtos consumidos tornou mais amplos o alcance e a viabilidade dos volumes reciclados. Assim, a revalorização daquilo que era considerado inútil – o lixo – resultou em estímulo para a criação de um imenso circuito, “a jusante” do circuito industrial (LEAL et al., 2006). A cadeia produtiva da reciclagem no Brasil compreende o processo de gerenciamento de resíduos sólidos desde o descarte, a coleta, a triagem, o enfardamento, a comercialização do material, a logística de transporte, o beneficiamento pela indústria e o desenvolvimento do mercado para o novo produto (GONÇALVES-DIAS, 2009).

É importante assinalar que o trabalho de catação, separação e triagem do material aproveitável retirado do lixo nas cidades brasileiras pelas mãos dos catadores, corresponde a 89% do circuito de produção industrial da matéria-prima reutilizada, restando, portanto, 11% desse circuito, que é coberto pelo trabalho das indústrias (MNCR, 2009). Compreendidas sinteticamente a dinâmica e as características da expansão do setor de produção de reciclados no Brasil, percebe-se que, desde seu início, fazem-se dependentes de uma força de trabalho fundamental no recolhimento e na seleção dos materiais recicláveis. E, assim o campo da indústria de reciclagem foi se consolidando, combinando nível elevado de consumo, pobreza e desemprego.

Quando examinados pela ótica da cadeia produtiva da reciclagem, os catadores constituem o elo mais frágil do campo, ficando subordinados aos intermediários, por causa da necessidade de capital de giro de curtíssimo prazo, de falta de equipamentos e de capacitação técnica para a manipulação do material recolhido. A figura 1 mostra a lógica inversa da indústria de reciclagem brasileira.

Figura 1 – A lógica inversa da estrutura do campo



Fonte: MNCR, 2009

A estrutura da cadeia de reciclagem é rasa e piramidal. Na ponta da cadeia de reciclagem, permanecem milhares de catadores (FUNDAÇÃO AVINA, 2008). Os catadores autônomos, associados, cooperativados ou organizados em redes trabalham informalmente em condições precárias e subumanas, sem obter ganho suficiente para viver com dignidade (GONAÇALVES-DIAS, 2009; LEAL et al., 2002). No topo da pirâmide, encontra-se um pequeno número de indústrias de reciclagem (FUNDAÇÃO AVINA, 2008; MNCR, 2009), incluindo o pré-beneficiamento, o beneficiamento e a transformação dos recicláveis em novos produtos. A concentração dessas indústrias nas regiões Sul e Sudeste do Brasil também faz com que grande contingente de catadores não tenha acesso aos mercados compradores (GONAÇALVES-DIAS, 2009).

Abaixo delas, há os intermediários, que geralmente formalizam o processo, uma vez que articulam uma ampla rede de sucateiros, depósitos e até atravessadores. O intermediário (sucateiro), por possuir toda a infraestrutura necessária para trabalhar o lixo (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone e capital financeiro), leva vantagem nas negociações com as cooperativas. O sucateiro passa, recolhendo e comprando de catadores e cooperativas pequena quantidade de materiais reciclados, que leva para seu galpão; lá, enfarda adequadamente os resíduos (agregando mais valor a eles) e oferece-os em grandes volumes às indústrias (CONCEIÇÃO, 2003). Isso pode ser retratado no depoimento abaixo:

Nós só trabalhamos com intermediários porque não temos opções. A falta de infraestrutura das cooperativas não nos permite excluir este elo da cadeia, que em nada nos beneficia. Para produzir e vender para a indústria, é preciso fazer isso em escala industrial e, por enquanto, não temos condições. A nossa luta é para ter mais estrutura e assim poder negociar melhor com o setor industrial.²⁵

²⁵ Genivaldo Silva Santos, integrante da comissão estadual do MNCR, em entrevista à revista *Sustentabilidade*.

Dessa maneira, o intermediário torna-se o principal detentor do mercado na etapa de comercialização. Na verdade, a posição dos intermediários é bem favorável na interação com os catadores. Suas exigências vão desde o tipo e volume de material adquirido até a determinação de preços.

Por outro lado, os intermediários estão também submetidos às exigências da indústria, muito embora pareçam capazes de tirar proveito das flutuações de preços de mercado, em sua interação com a indústria de beneficiamento e transformação. Os sucateiros também reclamam. Segundo o representante da Fundação Avina, em 2009, eles dizem:

[...] “nós somos uma empresa, pagamos, temos empregados, eu tenho dez pessoas aqui no meu escritório, que eu pago carteira assinada”, mas as centenas de catadores que estão nas ruas fazendo o material chegar até eles, esses não estão na folha de pagamento, obviamente.

Além disso, várias decisões relevantes são tomadas fora do grupo de catadores. A adoção de novas tecnologias e produtos e a concepção produtiva estão, via de regra, fora de sua governança. Os catadores organizados em cooperativas entram com a mão de obra e com serviços ou insumos que serão reprocessados nas grandes empresas recicladoras, detentoras do controle sobre as decisões técnicas e que contam com o sistema jurídico e legal a seu favor. Há uma espécie de divisão entre a concepção dos produtos e a execução da coleta e reciclagem. Essa “divisão de trabalho” tende a manter os empreendimentos solidários em posição desvantajosa nesse campo, servindo às grandes empresas, conforme destacou Higa (2005).

Entretanto, a mobilização dos milhares de catadores em torno do MNCR tenta modificar a estrutura perversa da cadeia produtiva, forçando a construção e consolidação de novas e melhores políticas públicas e regulamentação junto ao governo federal. A articulação do MNCR dá provas de que o grupo de catadores é o grande desafiante do campo organizacional de reciclagem, envoltos pela vulnerabilidade, precariedade e fragilidade já institucionalizadas pela cadeia produtiva de reciclagem.

Atualmente, há a formação de organizações de catadores em todos os estados do Brasil, “onde o principal requisito é formação de liderança para conscientizar suas bases que existe um movimento e esse movimento ele é forte e ele luta pelos direitos dos catadores.”²⁶ Outro depoimento denota que

a grande luta hoje dos catadores é organizar todo o pessoal que ainda existem nos lixões, nas ruas, nos condomínios, que é chamado de rasgador de saco, lixeiro, é organizar essas pessoas e mostrar o valor ético dela enquanto ser humano e mostrar tudo de bom que existe dentro dela e que ela pode passar para as outras pessoas.²⁷

A respeito disto, o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) mapeou, em 2005, a situação das cooperativas e associações cadastradas. As seguintes situações entre as cooperativas e associações cadastradas foram contabilizadas, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Situações das cooperativas e associações cadastradas pelo MNCR em 2005

Situação	Cooperados	%
1 – Grupo organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprio, podendo ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem.	1.381	4%
2 – Grupo organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpão. Estes grupos estão numa fase intermediária, necessitando de reforço de infraestrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores.	2.753	8%

²⁶ Depoimento de um catador no documentário “Essa gente vai longe” (MNCR, 2008).

²⁷ Depoimento de um catador no documentário “Essa gente vai longe” (MNCR, 2008).

3 – Grupo em organização, contando com poucos equipamentos, alguns próprios, precisando de apoio para a aquisição de mais equipamentos e/ou galpão próprio.	5.720	16%
4 – Grupo desorganizado, em rua ou lixão, sem possuir qualquer equipamento, e frequentemente trabalhando em condições precárias para intermediários.	25.783	72%
Total	35.637	100%

Fonte: Cadastro Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, 2006.

Nas quatro situações descritas na Tabela 1, há necessidade de provimento de assistência técnica e capacitação dos cooperados, que varia em conteúdo e grau a depender da evolução em que se encontra cada grupo, cooperativa e/ou associação. E ainda prevalece o desafio para as lideranças do movimento aproximarem-se das bases orgânicas não organizadas, que ainda constituem maioria (72%) entre os grupos de catadores mapeados pelo MNCR (2006). Neste sentido, Dias (2007) salienta que as experiências de inclusão dos catadores assumem contornos distintos nas várias regiões do país, em função tanto da dificuldade de conquista de apoio e parceria com os governos locais, quanto da dificuldade que as associações/cooperativas encontram em equilibrar a energia dispensada ao processo sócio-organizativo e às ações de publicização da causa (ações de mobilização internas e externas), com a necessidade de se fortalecerem como empreendimento econômico num mercado de reciclagem cada vez mais competitivo, em que o interesse especulativo de grupos ao longo da cadeia de reciclagem se faz cada vez mais presente.

O cenário mostrado pelo MNCR denota que, além de a complexidade e a intensidade do processo de catação variarem de local para local, em geral, as condições de trabalho desumanas, a superexploração dos intermediários da reciclagem, o preconceito da população local e a falta de incentivo e de apoio do poder público são alguns dos elementos comuns em quase todos os lugares onde esta atividade está presente, conforme ressalta Dias (2007).

Os processos de atribuição que resultaram na formação de um campo identitário protagonista entre os catadores deu-se através de negociações e interações entre Organizações de Movimentos Sociais (OMS), envolvidas no diagnóstico dos problemas e da situação da população de rua (HUNT; BENFORD; SNOW, 1994). O diagnóstico envolve identificar qual era o problema, e acaba ocorrendo em paralelo com a identificação destes atores sociais pela Igreja, em seu trabalho com os moradores de rua.

A partir dessa interação, começa a ser construída a identidade coletiva do grupo protagonista. A identificação da questão da subsistência levou a um prognóstico de necessidade de organização para lidar primordialmente com essas questões. O depoimento do catador delimita tal situação “As pessoas são levadas geralmente pela necessidade, pela falta de emprego, né?” Então, “hoje catar virou uma necessidade, não só o catador, como a pessoa desempregada busca esse caminho.” Em relação ao MNCR, as considerações de Silva (2006) denotam as ações do movimento:

Em primeira instância, as ações do movimento centraram-se no trabalho e na renda partindo dos projetos de inclusão social e cidadania. Tal estratégia esteve intimamente ligada ao modo como se coordenou os espaços e engrenagens socioeconômicas que articularam-se e articulam-se entre os atores do campo.

Ao realizar-se o resgate histórico do MNCR, percebe-se que, no primeiro momento, a Igreja pode ser identificada como um dos principais parceiros, bem como articuladora da mobilização dos catadores por trabalho e renda. Isto certamente tem relação com o histórico progressista da Igreja no trabalho com populações marginalizadas e na utilização de metodologias de educação popular no processo de conscientização da situação social dos moradores de rua/catadores. Vem também como parte de um esforço que busca prover soluções de caráter econômico para a geração de renda e

subsistência dessas populações. Interessante notar que o modelo adotado naquela época foi a criação de cooperativas.

Certamente, este não era um referencial de organização dos catadores, sendo proveniente da Igreja e de outros apoiadores do movimento. Outros campos identitários (de apoiadores) articularam-se para prover uma forma organizacional específica para lidar com as questões materiais do movimento. A partir daí, os protagonistas constroem seus *frames* motivacionais e de prognóstico, que especificam o que precisa ser feito com relação aos problemas de reconhecimento e subsistência. Esses *frames* também envolvem a emergência de ideologias que irão permear o campo identitário protagonista.

ARTICULAÇÃO E RESSONÂNCIA NO CAMPO IDENTITÁRIO PROTAGONISTA

A mobilização inicial, na década de 1980, teve grande capacidade de ressonância dentro do campo dos protagonistas, em razão do processo de alinhamento de *frames* de diagnóstico e prognóstico, ou seja, micromobilizações que buscam influenciar internamente a organização e externamente a elaboração de estratégias do movimento, ressaltando seus objetivos. Este processo teve o suporte de uma estrutura organizacional que antecedeu a estruturação do movimento em si, devido à existência de redes de organizações que trabalhavam no suporte a populações de rua em outras cidades, da qual também fazia parte a Igreja Católica e a UNICEF, com a campanha “Criança no lixo nunca mais”, para retirada de crianças dos lixões. A criação do Fórum Lixo e Cidadania foi um grande articulador inter-organizacional de instituições que trabalham em torno de questões relativas aos resíduos urbanos.

Mais adiante, os catadores realizam um novo diagnóstico sobre sua identidade coletiva dentro do movimento ao reivindicarem seu reconhecimento como trabalhadores. Esse é um processo que inclui claramente as dimensões materiais do início, mas também uma demarcação de espaço, visando à autoafirmação, e também reforçando o sentimento de pertencimento (o que é ser e se sentir como um catador).

O *frame* de diagnóstico se amplia para além do foco das questões materiais e avança um pouco mais na questão do reconhecimento. Como os catadores são vistos? “A visão da sociedade sobre o catador ainda é de preconceito”, conforme declara um catador.²⁸ Outros depoimentos²⁹ amplificam a questão:

Eu mesmo quando por consequência do destino eu fui parar na rua, eu me vi muito agredida como pessoa porque as pessoas não me reconheciam como catadora, me reconheciam como uma lixeira, me via suja, me chamava de pano de chão.

[...] Mas agora tem muitas pessoas que aceita a gente bem, já cumprimenta, conversa, trata a gente legal nas casa, mas tem muita gente [...].

Ao longo do processo de mobilização, os catadores foram alterando a visão de si próprios, conforme mostra o depoimento³⁰ a seguir:

[...] a minha imagem como catadora é que eu era uma catadora, hoje eu já tenho consciência disso, porque nada mais bonito quando você toma consciência do seu papel com a sociedade. Sou sim, sou uma catadora, mas agora com muito mais orgulho.

É interessante notar o paradoxo: os catadores reivindicam reconhecimento para serem incluídos na sociedade como trabalhadores informais em condições precárias de trabalho, de invisíveis passam a querer ocupar espaços e serem reconhecidos, ainda que à margem da sociedade. Na articulação deste *frame*, os protagonistas propõem uma resignificação do valor do lixo para articular isso como um campo de trabalho, conforme o seguinte depoimento.

²⁸ Depoimentos de catadores no documentário “Essa gente vai longe” (MNCR, 2008).

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

Olha antes de estar organizado, a gente tem o costume de se ver como qualquer coisa, menos um ser humano. Depois de organizado a gente resgata um pouco disso, resgata a importância de ser trabalhador, perde essa vergonha, perde esse medo, se sente fortalecido por ser autônomo, por poder trabalhar de uma maneira digna, decente.

O espaço do movimento era também um espaço de integração social, no qual, para além das questões econômicas, era também colocada a questão de autoestima dessas populações, transformando assim a identidade coletiva que havia surgido e o campo identitário dos protagonistas. Fato evidenciado pela seguinte fala de um catador:³¹

Hoje eu me vejo como cidadão e antes eu me via como o próprio lixo, não tinha perspectiva. Antes do movimento eu não tinha essa perspectiva de luta, de brigar pelos nossos direitos. Hoje eu me vejo como cidadão.

A necessidade de serem vistos como trabalhadores também dava ao movimento nova legitimidade para se dirigirem ao Estado com suas demandas, pois não precisavam de assistencialismo, mas de políticas públicas que pudessem lidar com suas questões.

Nós lutamos pelas políticas de Estados, né. Não são por políticas ou problemas que construam políticas de Estado, e uma de nossas metas é: Que o catador seja remunerado por serviço prestado. Uma outra meta é que sejamos valorizados pelo nosso trabalho e reconhecido.

A luta da gente é uma luta difícil [...] é política, e busca por política social, política de inserção, onde nós catadores devemos ter nossos direitos garantidos.

[...] a gente busca outra inserção a gente busca uma inserção econômica, um direito ao trabalho, um direito a catar na rua, um direito à rua, um direito a nosso direito de poder ter direito.

³¹ Idem

Assim, os processos de construção e articulação do MNCR nos fazem concordar com Burity (2008) na medida em que se constituíram “no social” a partir de uma determinada identidade ou campo e articularam-se com outras agências sociais, desencadeando formas de sociabilidade e de organização que os transcendem e tornam-se “outra coisa”. Não mais funcionando atreladas à lógica local dos agentes que as ajudaram a constituir-se como movimento.

CAMPO IDENTITÁRIO ANTAGÔNICO

Mesmo fazendo parte de políticas públicas de âmbito federal, a gestão integrada dos resíduos sólidos dos municípios com a inclusão efetiva dos catadores é permeada por muitas tensões, dificuldades e constrangimentos.³² Pode-se observar processos de desmando, ameaças aos catadores e fragilização das condições de trabalho dos trabalhadores que vivem do lixo. Em muitos momentos, a forma de organização do movimento se delineava como essencialmente agonística, criando tensão com parceiros e governos sempre que isso fosse necessário para assegurar os direitos dos catadores (SILVA, 2006). A questão envolve vários atores sociais com interesses distintos, como o poder público, os catadores, diversas organizações da sociedade civil, como OAF e AVINA, e a cadeia produtiva de reciclagem, em uma relação marcada por assimetrias de poder.

Se o trabalho de catação é tão importante, conforme se refere no interior desse conjunto identitário, por que então estabelecer leis que proíbem a livre circulação desses trabalhadores? Os motivos são vários e versam desde o preconceito gerado pelos carrinhos, que, não tendo onde transitar concorrem com o espaço dos carros, nas ruas e avenidas, tanto quanto pelos interesses econômicos das grandes

³² Na cidade de São Paulo, por exemplo, há várias situações de confronto. Dentre as ações, destacam-se as tentativas de transferência de cooperativas que operavam duas centrais de triagem próximas ao centro para locais distantes de sua atuação, com alegações de contaminação das áreas e outros argumentos. Também houve a elaboração de um projeto de lei que previa a padronização dos carrinhos dos catadores e seu cadastramento obrigatório, a ser efetuado pelas empresas concessionárias. Os catadores se mobilizaram e protestaram contra esse projeto, que posteriormente foi vetado pelo prefeito (GRIMBERG, 2007).

indústrias produtoras e transformadoras de materiais recicláveis, e mais recentemente do governo, que vê no “mercado da reciclagem” possibilidades de altos dividendos, criando com isso tensões entre a sociedade civil, o MNCR e as instâncias municipais de governo. (LIMA, 2008, SILVA, 2006).

Neste contexto, destacam-se os campos identitários antagônicos. Segundo um integrante do MNCR em São Paulo, “[...] acho que a principal luta do movimento é estruturação. É a luta com o poder público. Principal adversário que tô vendo hoje, é o poder público.” Para o representante do MNCR ainda hoje a maior dificuldade é a relação com o poder público, que muitas vezes adota uma postura de combate e não de apoio. Esse quadro histórico de embates entre poder público e catadores é relatado na fala do representante do MNCR.

E aí a gente entra na verdade na questão da cidade de São Paulo, né. Várias vezes, principalmente naquela região da baixada do Glicério, perseguições de fiscais da polícia, da, da GCM [Guarda Civil Municipal], não deixando os catadores trabalhar, né. E muitas vezes situações na verdade de, é, apreensões de carroças dos trabalhadores, repressão policial, para a retirada das ruas e dos lixões. A revitalização dos centros urbanos. Então, essa grande história da questão da revitalização e da higienização, né, dos grandes centros urbanos muitas vezes traz uma política pra nós, que [...] “olha catador na região do Glicério, catador na região central de São Paulo não é bonito não, sabe”.³³

[...] a nossa maior dificuldade, é, [...] Dificuldades não! A nossa relação de trabalho ela sempre esteve junto com o poder público, porque nós entendemos na verdade que a questão do lixo é uma questão pública. Né? E aí se nós tamos [sic] inserido nessa questão pública. Então, nós queremos discutir.³⁴

A relação entre o poder público e a cooperativa, principalmente em São Paulo, se faz muito difícil, conflituosa e complexa. “Em outras

³³ Roberto Laureano, representante do MNCR em palestra de 5 de junho de 2009.

³⁴ Idem.

idades, como Diadema e as do alto Tietê, as cooperativas estão recebendo pelo serviço prestado, e aqui não. Eles colocam você em um local, dão prensa, terceirizam o caminhão para coleta e pronto. A central é aquele tipo de coisa para “burguês ver”. Eles não estão preocupados com os catadores”³⁵

Por outro lado, o não reconhecimento público pelo serviço prestado pelos catadores é retratado pela forma como tradicionalmente as municipalidades³⁶ e a população tratavam os catadores, vistos como inimigos da limpeza, como “ladrões” do lixo, marginais e vadios, conforme revelam diversos autores (BURZSTYN, 2000; CARMO et al., 2004; CONCEIÇÃO, 2006; DIAS, 2007). Na Carta de Caxias do Sul, revelam-se valores e tentativas de construção de uma consciência da inserção dos catadores na sociedade do descarte:

Essa luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora. É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade [...] reciclando a própria vida. (MNCR, 2003, p. 1).

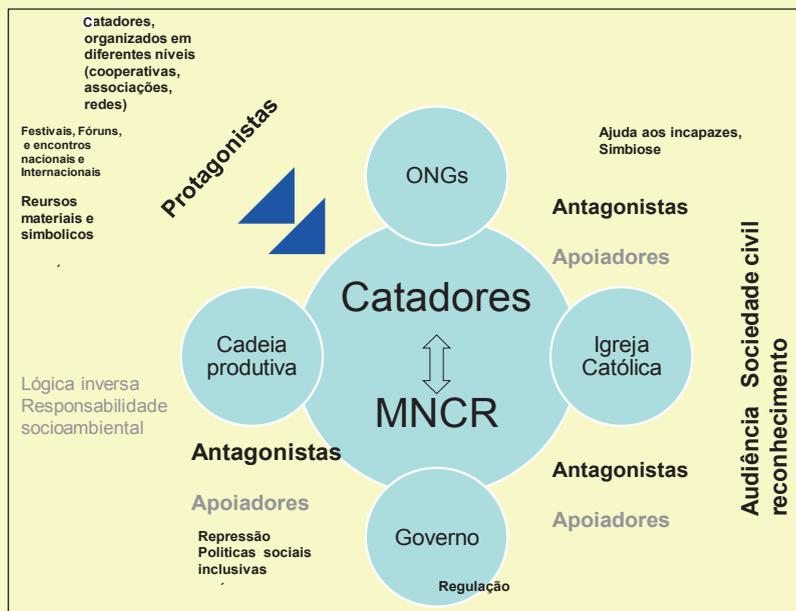
O problema da catação historicamente foi visto como caso de polícia, no sentido de que a atividade sempre foi vítima de “operações limpeza”, ou melhor, erradicação dos catadores dos seus locais de trabalho. Ao contrário do que se pode supor, os catadores têm dado respostas ao complexo desafio das grandes cidades na gestão de resíduos sólidos neste início de século. Pelos seus depoimentos, os catadores têm, sim, clareza de qual é o seu papel na indústria de reciclagem atualmente. E esta já é uma realidade, ao menos para

³⁵ Genivaldo Silva Santos, integrante da comissão estadual do MNCR, em entrevista à revista *Sustentabilidade* (2010).

³⁶ Para uma reconstituição das “operações limpeza” em Belo Horizonte, ver Dias (2002); em São Paulo, ver Jacobi; Viveiros (2006); Gonçalves-Dias (2009) Grimberg et al. (2004).

aqueles que se encontram organizados no MNCR. Mas há de se atentar para o fato de que a repressão física não é a única forma de contenção dos movimentos sociais. Há outras formas de controle social para conter os avanços do movimento, conforme advertiu Tarrow (1996). A figura 2 apresenta o mapeamento do campo identitário do MNCR.

Figura 2 – Mapeamento do campo identitário



Fonte: Dados da pesquisa

PROCESSOS ARTICULATÓRIOS PARA AMPLIAÇÃO DOS *FRAMES* E CONSTRUÇÃO DE NOVAS RESSONÂNCIAS

Ao longo dos anos 1990, há que se ressaltar que o socioambientalismo tem exercido um forte apelo aglutinador em torno da questão da reciclagem, vista agora também como um problema ambiental relevante, sobretudo nos grandes centros urbanos. A luta dos catadores tem sido amplificada pela maior

divulgação da noção de desenvolvimento sustentável. Neste caso, os catadores têm explorado bem a conexão entre meio ambiente e questões sociais. Assim, a catação sai da qualificação de um problema social e ganha *status* de solução socioambiental, o que vem conferindo uma maior legitimidade às demandas colocadas pelo MNCR. Por outro lado, esta estratégia também legitima o circuito para produção-consumo-descarte cada vez mais acelerado. Por causa da necessidade de as empresas resguardarem sua imagem, elas enxergam na reciclagem uma oportunidade de ganhos reputacionais (GONÇALVES-DIAS, 2009). Tal mudança pode ser constatada no discurso dos próprios catadores.³⁷

“Eu reciclo, eu saio pra rua fazendo coleta em casa de porta em porta.”

“Antes dos ambientalistas falar de coleta seletiva, nós catadores de rua, de lixões e de cooperativas já fazia isso.”

A este respeito, Santos (2003) ressalta que:

[...] quando estão a bordo de seus instrumentos de trabalho, carrinhos, carroças ou mesmo catando com as mãos, eles estão trabalhando duro, resolvendo o problema na escala individual e na escala da sociedade, como um importante “agente” das políticas municipais de resíduos sólidos. [...] As questões ambientais participam dessa dinâmica, seja como causa, seja como efeito. (SANTOS, 2003, p. 103).

A articulação com o meio ambiente permite também avançar nas proposições acerca das condições de trabalho dos catadores, seus direitos e cidadania e expõe dificuldades com o campo antagônico, conforme retratam os seguintes depoimentos:³⁸

O catador na sociedade ele faz vários papéis, só que ele não é reconhecido.

³⁷ Depoimento de catadores no documentário “Essa gente vai longe” (MNCR, 2008).

³⁸ Depoimento de um catador no documentário “Essa gente vai longe” (MNCR, 2008).

O catador trabalha para as três esferas governamentais no caso né, quer dizer, ele tira o lixo da rua que é um trabalho do município, ele educa o cidadão dentro de casa, ou seja, faz a educação ambiental dentro de casa que é a fonte e evita também que esse material vai para o aterro sanitário.

O discurso ecológico dá muito mais legitimidade para as propostas dos catadores, ampliando a ressonância do movimento numa articulação em nível nacional e internacional (América Latina, África e Ásia). Reconhecido como uma profissão, o “catador” tem conseguido uma ressignificação do estigma de “catador de lixo” para “agente prioritário de limpeza pública” ou como “agente do meio ambiente”. Então, cabe aqui uma nova reivindicação: a cobrança pelo serviço prestado, conforme o depoimento dos próprios catadores:³⁹

Ele já é o parceiro do meio ambiente, parceiro de municípios. Haja vista que as coletas já feitas pelo município nunca são feitas da forma correta, e nós vamos lá e aparamos as áreas e somos nós que pegamos o restante. Por isso, esse sentido de cobrança do serviço prestado ao município.

Esse material que o catador recolhe das cidades através da coleta seletiva, o poder público deixa de pagar para o aterro sanitário, e contribui pelo meio ambiente, contribui para a saúde pública também, entendeu? Então é essa a questão que o catador contribui muito, e hoje isso não é visto ainda.

Queremos ser remunerados pelo nosso trabalho [...]. Porque as prefeituras remuneram as empreiteiras com grandes quantias, enquanto nós, os catadores, realizamos a coleta, separação dos materiais e encaminhamos corretamente para a reciclagem e não somos pagos pelo nosso trabalho? (SÃO PAULO, 2004, p. 1).

O discurso socioambiental é apropriado de diferentes formas pelos trabalhadores nesse campo, legitimando a todos. As empresas que criam suas políticas em relação à responsabilidade socioambiental estruturam programas de reciclagem e logística

³⁹ Idem.

reversa com inclusão de catadores e buscam desenvolver processos de capacitação dos catadores. Por sua vez, o MMCR utiliza o discurso de agentes ambientais para pressionar o governo. Nesse novo contexto, o fenômeno da catação deixou de ser “problema exclusivamente social” (ligado aos moradores de rua), tornando-se uma solução para o gerenciamento de resíduos sólidos de várias cidades brasileiras, passando, portanto, a ser considerado como uma “questão socioambiental”. E assim inseriu-se no âmbito da política, à medida que tem sido objeto de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal, privilegiando a inclusão dos catadores. O quadro 3 sintetiza as várias fase de alinhamento de frames pelo qual passou o MNCR desde sua origem.

Quadro 3 – Síntese do alinhamento de *frames* do MNCR

Atores Sociais	Atribuição	Articulação	
	Diagnóstico	Motivação	Prognóstico
1ª fase: Emergência dos catadores como campo identitário protagonista			
Redes de organizações de suporte à populações de rua	<ul style="list-style-type: none"> – Situação de “invisibilidade” e de privação material – Necessidade de sobrevivência 	<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecimento e estabelecimento de laços de solidariedade – Mobilização para o trabalho e renda 	<ul style="list-style-type: none"> – Melhoria das condições materiais através da organização de cooperativas
2ª fase: Ressonância			
Igreja e UNICEF = Fórum Lixo & Cidadania		<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecimento como algo central para os catadores – Movimento como espaço de integração social – Criação de vocabulários específicos, como bandeira, músicas, outros (recursos simbólicos) 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das condições materiais atrelada com o reconhecimento Lixo como algo de valor (produtivo) Catador como trabalhador Demandas para o Estado (políticas públicas)

3ª fase: Construção de novas ressonâncias do campo identitário dos catadores			
Governo Federal Prefeituras Empresas geradoras de resíduos pós-consumo Empresas coletoras Empresas recicladoras (beneficiadoras e transformadoras)	Novo diagnóstico: Ampliação do <i>Frame</i> Ampliação do reconhecimento para novas audiências (meio ambiente)	Institucionalização do papel social do catador: personagem relevante no cenário econômico, social e ambiental – Articulação em nível nacional e internacional (América Latina, Ásia, África) = Redes – Reivindicação de pagamento pelo serviço ambiental	Reconhecimento da profissão Parceiro governamental para melhoria do meio ambiente Ressignificação do estigma do catador como agente prioritário de limpeza pública Atuação com maior relevância na cadeia reversa pode aumentar poder de barganha Negócio social inclusivo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados apontam que a formação do campo de identidade do MNCR passa pela afirmação da identidade social dos catadores como participantes legítimos da vida social e econômica dos centros urbanos brasileiros. Por muito tempo, os catadores foram vistos com um grupo quase invisível socialmente, estigmatizados, às vezes, por sua condição de moradores de rua, às vezes, pela sua atividade de coleta de lixo, ou seja, atores sociais sobrevivendo das sobras do consumo. Essa condição foi reiterada, tanto na esfera social quanto na esfera econômica. Primeiro, por não serem aceitos como cidadãos; em segundo lugar, pelo seu trabalho, caracterizado pelo recolhimento de resíduos sólidos, não sendo visto como um trabalho socialmente reconhecido e valorizado. Este foi um *frame* de atribuição, relacionado com o diagnóstico de sua situação, de pessoas que ocupavam um espaço no cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras, e que viam sua capacidade de sobrevivência comprometida pela sua invisibilidade social.

Assim, os protagonistas também construíram prognósticos e *frames* motivacionais, especificando o que foi feito em relação aos problemas de reconhecimento e de identificação das suas fontes de privação. Isso envolveu o surgimento de ideologias que permearam o campo de identidade dos protagonistas, mediada principalmente pelo trabalho da Igreja, através da construção da noção de direitos e de trabalho digno. Essa ação elevou a autoestima dos catadores e também proveu uma estrutura organizativa para que eles pudessem trabalhar as questões econômicas e materiais. Essa articulação inicial, deflagrada durante os anos 1980, tinha uma grande capacidade de ressonância dentro do campo, em razão do processo de alinhamento de *frames*, que juntaram o discurso da solidariedade com o da inclusão social, e também em razão da existência de redes de organizações que trabalhavam para apoiar os moradores de rua em grandes centros urbanos brasileiros.

Com o avanço das atividades do MNCR, as questões de autoafirmação vão ganhando quase o mesmo peso dado à subsistência econômica e às questões materiais durante as mobilizações iniciais. Definitivamente, os catadores atribuíram um valor material ao lixo, reinserindo o resíduo no ciclo da produção. Além disso, suas ações no âmbito urbano possuem relevância no processo de prestação de serviços de limpeza pública, além dos aspectos simbólicos do trabalho com o lixo. Todos esses elementos contribuíram para que os catadores fossem vistos como trabalhadores. Isso levou também a direcionarem suas ações para o poder público, buscando assegurar políticas públicas destinadas a sua integração na dinâmica econômica e social de forma mais articulada e com maiores ganhos para os próprios catadores. Não basta agora serem incluídos nas margens da sociedade, como havia sido o prognóstico anterior; agora, é preciso lutar pelo reconhecimento e melhoria das suas condições de trabalho. Por fim, a terceira etapa de organização do MNCR ocorre com a amplificação de *frames*, conectando suas lutas com as preocupações ambientais da sociedade civil organizada e com as atividades empresariais de responsabilidade socioambiental. Esses *frames* teriam sua capacidade ampliada devido a sua maior ressonância com seus campos de ação social, constituindo-se como *master-frames*. Neste sentido, há inegavelmente uma nova

tendência em relação à produção de políticas públicas de caráter inclusivo no que tange aos resíduos sólidos, embora estejam longe de consolidarem-se e materializarem-se em práticas generalizadas pelas cidades brasileiras.

Vale destacar que a utilização da teoria de *frames* permitiu empreender uma análise sobre o contexto organizacional que definem os contornos da ação coletiva, em particular do MNCR. Tal abordagem resgatou a noção dos catadores como sujeitos que interpretam e atribuem significado ao seu contexto de ação. Além de terem de negociar os sentidos da sua ação no âmbito do movimento também se ressalta que suas ações estão enraizadas no ambiente social, cujas oportunidades políticas podem facilitar ou restringir seus protestos e sua mobilização. Isso aponta para a necessidade de aprofundar a pesquisa no campo de identidade dos catadores, no sentido de alcançar a multidimensionalidade das estratégias e práticas do movimento. Essa empreitada pode trazer novas perspectivas para a análise de movimentos sociais no Brasil e na América Latina e produzir um debate mais rico e substantivo com aportes teóricos que, apesar de pouco recorrentes nos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores dessa região, carregam em si relevantes possibilidades de análise da complexa dinâmica de inclusão e exclusão que marca a atuação de movimentos sociais como o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR).

REFERÊNCIAS

ARANDA, Fernanda. Acaba em briga operação em depósito de reciclagem. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 22 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,acaba-em-briga-operacao-em-deposito-de-reciclagem,113345,0.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

BENFORD, Frame R. Disputes within the nuclear disarmament movement. *Social Forces*, n. 71, p. 677-701, 1993.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, EUA:University Windsor, n. 26, p. 611-639, 2000. Disponível em: <[http://web4.uwindsor.ca/users/b/basok/main.nsf/6d8ffcfd02afe81e8525730600490ed8/178b2c68bafb979d852576a300533f46/\\$FILE/ATTHBB9K/Benford%20Snow%20ARS.pdf](http://web4.uwindsor.ca/users/b/basok/main.nsf/6d8ffcfd02afe81e8525730600490ed8/178b2c68bafb979d852576a300533f46/$FILE/ATTHBB9K/Benford%20Snow%20ARS.pdf)>.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 5 set. 2010.

BURITY, J. A. Caminhos sem fim – Caminho do fim? Movimentos sociais e democracia. In: FONTES, Breno A. S. M. (Org.). *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife: UFPE, p. 13-57, 1999. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte009.html>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

CARDOSO, M. B. R. *A Asmare e seus parceiros públicos e privados: uma rede de cooperação para a geração de trabalho e renda*. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: PPGA, 2003.

CARMO, M. S. F.; OLIVEIRA, J. A. P.; MIGUELES, C. P. A semântica do lixo, o estímulo à reciclagem e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro: um estudo entre significado e ação econômica. In: Encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente, 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: EAESP/FGV, FEA/USP, 2003.

COHEN, J. L. Strategy or Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, Coimbra, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985. Disponível em: <www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/.../cristiano_franca_lima.pdf>.

CONCEIÇÃO, M. M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DIAS, S. M. Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. In: Encontro da associação brasileira de estudos populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: UFOP, p. 1-25, nov. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST37_Dias_texto.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2009.

_____. Do lixo à cidadania – catadores: de problema social à questão socioambiental. In: Seminário nacional movimentos sociais, participação e democracia, 2, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC/NPMS, 2007.

FUNDAÇÃO AVINA. *Reciclagem Sustentável e Solidária*, 2008. Disponível em: <<http://www.avina.net>>. Acesso em: 28 dez. 2008.

GAMSON, W. Constructing social protest. In: JOHNSON, H.; KLANDERMANS, B. (Ed.). *Social movements and culture*. Minneapolis: Minnesota Press, 1995.

_____. Social psychology of collective action. In: MORRIS, A.; MUELLER, C. (Ed.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis* los marcos de La experiência. Madrid: CES, 2006.

GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem, 2009. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2009.

GRIMBERG, E.; TUSZEL, L.; GOLDFARB, Y. *Gestão sustentável de resíduos sólidos e inclusão social: estudo de caso sobre as cooperativas das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

HIGA, W. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. In: Simpósio estadual lutas sociais na América Latina, 1, 2005, Londrina. *Anais...* Londrina/PR: Gepal – Ciências Humanas UEL, 2005. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirogepal/pdfs_tc/willianhiga.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2009.

HUNT, S.; BENFORD, R.; SNOW, D. Identity Fields: framing process and the social construction of movement identities. In: *New Social Movements: from ideology to identity*. LARAÑA, E.; JOHNSTON, H.; GUSFIELD, J. (Ed.), Philadelphia: Temple University Press, 1994.

JACOBI, P.; VIVEIROS, M. Da vanguarda à apatia, com muitas suspeitas no meio do caminho: gestão de resíduos domiciliares em São Paulo entre 1989 e 2004. In: JACOBI, P. (Org.). *Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social*. São Paulo: Annablume, 2006.

LEAL, A. C. et al. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 177-190, jul./dez., 2002.

LIMA; C. F. Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva. *Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade*. Coimbra: UC. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/cristiano_franca_lima.pdf>, 2008.

McADAM, D.. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. EUA:University of Chicago Press, 1982.

McADAM, D.; MCARTHY, J. D.; ZALD, M. (Ed.) *Comparative Perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural frames*. Introduction. Cambridge University Press.

McARTHY, J. D.; SMITH, J.; ZALD, M. Accessing public, media, electoral and governmental agendas. In: McADAM, D.; MCARTHY, J. D.; ZALD, M. (Ed.) *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural frames*. Cambridge University Press, 1996.

McCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, n. 82, p. 1212-1241, 1977.

McCARTHY, J.; ZALD, M. *The Trends of Social Movements in America: professionalization and resource mobilization*. Morristown: Learning Press, 1973.

MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. *Diálogos sobre negócios inclusivos* [slides, palestra Roberto Laureano]. São Paulo: Clínica Avina, EAESP/FGV, 05. jun. 2009.

_____. *Carta de Caxias do Sul*. In: 1º CONGRESSO LATINO AMERICANO, 2003, Rio Grande do Sul. p. 1, 2003. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul/>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. *Essa gente vai longe*: Documentário, parte 1. 3 abr. 2008. Vídeio. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BtUp9ZSQ7lg>.

_____. Análise do custo dos postos de trabalhos para o segmento dos catadores. *Notícias, boletim eletrônico*, 21 jun. 2006. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br/noticias_integra.aspx?noticia=196> Acesso em: 14 jun. 2007.

_____. Ciclo da cadeia produtiva de reciclagem. In: *Princípios e Objetivos – Documentos do MNCR*, 2006. Disponível em: <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/principiosobjetivos.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

- REIS, C. N. Economia Solidária: um instrumento para inclusão social? Primeiras Jornadas de Historia Regional Comparada. *Anais Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE, v. 1, p. 1-30, out. 2005.
- ROSA, A. R. et al. Por uma agenda de pesquisa sobre movimentos sociais na América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33. São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.
- SANTOS, M. C. *Cidades de plástico e papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio*. [Tese de Livre Docência] São Paulo: FAU/USP, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília-DF, v. 21, p. 109-130, 2006.
- SILVA, R. B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. Florianópolis, v. 3, n. 2. jul./dez. 2006.
- SNOW, D.; BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A.; Mueller, C. (Ed.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- TARROW, S. *Power in Movement: social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 1996.
- TOURAINE, A. *The self-reproduction of society*. Chicago: Universtiy of Chicago, 1977.
- TILLY, C. *Democracy*. New York: Cambrigde University Press. 2007.
- ZALD, M. Culture, Ideology and Strategic Framing. In: McADAM, D.; McARTHUR, J.; ZALD, M. (Ed.). *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge University Press, 1996.
- _____; ASH, R. Social Movement Organization: growth, decay and change. *Social Forces*, n. 44, p. 327-341, 1996.